



4340 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)  
GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

#### FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM MUNICÍPIOS DO SUL DA BAHIA: CONFIGURAÇÕES E COMPREENSÕES

Jaciara de Souza Santos - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ  
Andréia Ferreira da Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
Geane Silva dos Santos de Andrade - OUTRAS  
Marina Carvalho dos Santos -

**Resumo:** Este texto é um recorte da pesquisa maior e objetiva examinar como os docentes, que atuam na educação infantil nos municípios situados no Sul da Bahia analisam sua formação, inicial e continuada, e as condições para realizá-las. Desenvolvido por meio de revisão bibliográfica, análise de documentos e de questionário aplicado aos professores da educação infantil das redes municipais estudadas. Discute as políticas para a educação infantil e os desafios para a formação dos docentes, analisa as condições e as percepções dos docentes acerca de sua formação. Os resultados iniciais apontam aspectos importantes na formação dos docentes, indicam que a formação inicial vem ocorrendo, em sua maioria, em instituições privadas e na modalidade à distância, uma concepção de formação que enfatiza os conteúdos e metodologias a serem utilizados nas salas de aula e apoio insuficiente das secretarias municipais na viabilização das participações destes nos momentos de qualificação.

**Palavras-Chave:** Políticas Públicas Educacionais, Educação Infantil, Formação docente.

#### Introdução

O artigo apresenta resultados de pesquisa mais ampla, que vem analisando as mudanças ocorridas, a partir dos anos 1990, na gestão escolar e no trabalho dos docentes da educação infantil em redes públicas municipais situadas no Sul da Bahia. A investigação, entre outros, vem estudando as políticas educativas que alteraram a organização da gestão escolar e do trabalho docente, na educação básica, a partir dos anos finais do século XX; o perfil dos professores da educação infantil que atuam nas redes públicas investigadas; e como os docentes da educação infantil interpretam as políticas educativas nos âmbitos da autonomia pedagógica e das condições de trabalho.

O presente texto, um recorte da pesquisa maior, examina como os docentes, que atuam na educação infantil nos municípios estudados, analisam sua formação, inicial e continuada, e as condições para realizá-las. Para atingir este objetivo, discute, inicialmente, as políticas para a educação infantil, a partir da Constituição de 1988, e os desafios para a formação dos docentes. Em seguida, apresenta uma breve caracterização dos municípios que integram a pesquisa e o perfil de seus docentes.

Por fim, analisa as condições e as percepções destes docentes acerca de sua formação e as considerações finais. O artigo resulta de revisão bibliográfica, análise de documentos e de questionário aplicado aos professores da educação infantil das redes municipais estudadas.

#### Direito à educação infantil no país: avanços e desafios para a formação de professores

Nos anos finais da década de 1980 e início dos anos 1990, marcados por intensas mobilizações sociais, foram asseguradas importantes conquistas para a educação da criança pequena no país. Tais conquistas referem-se à definição da educação infantil como dever do Estado, direito da criança e uma opção da família, ofertada em instituição educativa, integrada os sistemas de ensino, e não às secretarias de assistência social, e sob a responsabilidade prioritária de oferta do município, em colaboração com estados e a União (SILVA, 2011).

O reconhecimento da educação infantil como direito das crianças e dever do Poder Público, a partir da Constituição Federal de 1988, passando pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no ano de 1996, consistiu em importante avanço para a oferta desta etapa da educação nacional. A partir de 2009, a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro, ampliou a duração da escolarização obrigatória no país de nove para quatorze anos, contemplando a pré-escola como etapa obrigatória (BRASIL, 2009). No entanto, os desafios para assegurar as condições necessárias para a expansão da oferta da educação infantil com qualidade são enormes, envolvendo, várias dimensões inter-relacionadas da política educacional, incluindo a formação de professores.

As reformas no setor educacional vêm afetando a gestão da escola e o trabalho docente, requerendo elevação e modificações na formação dos professores com a certificação em nível superior e a preparação para o cumprimento de novas tarefas e responsabilidades. Nas últimas duas décadas, a educação infantil, apesar dos avanços, vem passando por processos de descentralização, desresponsabilização e de intensificação do trabalho docente.

Apesar da LDB (1996), no artigo 67, estabelecer, parâmetros para as políticas de valorização dos profissionais da educação, que contemplam a garantia de formação continuada, prevendo o aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim, carreira com ingresso por concurso público e progressão, bem como garantia de condições adequadas do exercício da profissão (BRASIL, 1996), há, no país, desconexões entre estes preceitos legais e a garantia de sua efetivação. Neste contexto, o artigo visa contribuir para a ampliação dos debates em torno desta temática, partindo do olhar de docentes da educação infantil acerca de sua formação e das condições para sua realização.

#### A formação docente na visão de professores da educação infantil do Território Litoral Sul do Estado da Bahia

A pesquisa foi realizada em municípios que constituem o Território Litoral Sul do Estado da Bahia, que abrange uma área de 14.736,20 km<sup>2</sup> e é composto por 27 municipalidades. A população total do território, em 2016, era de 772.694 habitantes, dos quais 632.866 mil vivendo na zona urbana (81,9%) e 139.828 na área rural (18,10%). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio do território é 0,67, considerado baixo. Neste território, 25 municípios, quase a totalidade, participaram da investigação, com 473 docentes respondendo o instrumento de coleta de dados. Os questionários, composto por questões abertas e fechadas, foram aplicados diretamente pela equipe

de pesquisa nos meses finais do ano de 2016 e ano de 2017.

98,9% dos docentes que responderam o questionário são do sexo feminino e atuam, em sua grande maioria, em escolas situadas na zona urbana (88,3%). Em relação ao seu nível socioeconômico, 63,1% indicaram que a sua renda é a principal em sua família e 33,7% que consiste na segunda fonte de manutenção. Apenas 3,5% dos respondentes marcaram realizar outra função remunerada além do magistério. 96,6% assinalaram ter sido contratado por concurso público, informação positiva considerando a necessidade de um quadro de pessoal estável para a melhoria da qualidade de educação.

Em relação à formação, 395 docentes informaram possuir curso superior (84%), destes apenas dois informaram ter cursado o mestrado (0,4%) e 206 (43,8%) curso de especialização. Dos que não possuem formação superior, 34 afirmaram ter curso superior incompleto (7,2%), 32 possuir o curso de Magistério de nível médio (6,8%) e cinco docentes (1,1%) realizou apenas o ensino fundamental. Observa-se que 90% dos docentes possuem a formação requerida pelo artigo 62 da LDB (1996). No entanto, há esforços a serem realizados pelo Poder Público para a elevação da formação para os que, ainda, não cumpriram o requerido.

No que se refere à formação superior inicial realizada, 26,9% dos professores informaram ter feito seu curso em instituições públicas, enquanto 73,1% em instituições privadas. Quanto à modalidade, 36% indicaram que fizeram seu curso na modalidade presencial de ensino e 64% na modalidade a distância. Os dados revelam que a maioria dos docentes da educação infantil, que integram a pesquisa, estudaram em instituições privadas de ensino e fizeram seus cursos a distância. Esta situação aponta para a possibilidade de uma formação mais aligeirada e com menos acompanhamento acadêmico. Apesar destas situações, os docentes apontaram uma visão bem positiva acerca da formação inicial recebida. 90% informaram que esta formação ofereceu, muito ou razoavelmente, uma preparação necessária para atuar na educação infantil.

98,4% dos professores afirmaram ter feito curso de licenciatura. 70% assinalaram ter feito Pedagogia, 2,5% Letras, 1,1% Curso Normal Superior, 1,3% História, 0,6% Educação Física, 0,4% Biologia, 0,4% Filosofia e 0,6% Geografia. Observa-se que há, ainda, professores com formação inadequada para atuar na educação infantil.

Em relação à qualificação continuada, 66,1% informaram que vem ocorrendo no contexto escolar por meio de grupos de estudo (65,6%) e realização de oficinas e cursos (39,2%). A participação dos docentes nestas atividades fora da escola é bem menor. 83,7% apontaram que não obtêm licença do trabalho para participar em eventos de sua área de atuação e 70,1% indicaram que não participam de cursos ou oficinas fora da escola. 87% afirmaram ter recebido formação continuada, muito ou satisfatoriamente, adequada para sua atuação na educação infantil. No entanto, esta informação parece não ser confirmada, considerando-se o número reduzido de docentes que afirmaram ter participado de iniciativas desta natureza.

De acordo com 60,5% das respostas, o município oferece formação continuada para os docentes da educação infantil. No entanto, 75,7% informaram que não participam destas iniciativas. Dos 24,3% que afirmaram participar destas iniciativas, somente 5,2% indicou receber algum auxílio da Secretaria de Educação para tal. Este auxílio refere-se à concessão de auxílio financeiro, de dispensa do trabalho ou pagamento dos gastos com transporte e alimentação.

Quando consultados sobre as instituições mais adequadas para desenvolver um sistema de formação continuada, 63,9% dos docentes apontaram as universidades públicas, 50,6% as secretarias de educação e, apenas, 26,6%, as instituições de educação superior privadas. Esta informação indica, segundo os respondentes do questionário, uma maior adequação das universidades públicas e das próprias secretarias de educação para a oferta da qualificação continuada em relação às instituições de educação superior privadas. Este dado é interessante quando comparado com a situação, identificada nesta pesquisa, de que a maioria dos professores (73,1%), com curso superior, estudaram em instituições privadas.

Para os docentes que atuam na educação infantil, que responderam os questionários, o mais importante em um programa de formação continuada refere-se à relação dos conteúdos com sua prática pedagógica (74,4%), a pertinência dos temas abordados à área de sua atuação (49%), o nível de formação/experiência profissional dos responsáveis pelo curso (39,8%), a existência de incentivos e estímulos para frequentar a formação (39,2%), a participação em atividades de grupo (23,8%), o tempo da aprendizagem/duração do curso (22,9%), a qualidade dos materiais utilizados (20,4%), a interação com os coordenadores do curso (14,4%) e o interesse em comum com os colegas cursistas (9,6%). Esta ordem de prioridade aponta que os docentes valorizam mais, nos cursos de formação continuada, a vinculação dos conteúdos trabalhados com a prática na sala de aula e sua vinculação à área de atuação do docente.

Para os respondentes, o incentivo e estímulo mais eficaz para o êxito de um programa de qualificação continuada refere-se à instituição de ganho salarial (80,4%), presente na ampla maioria das respostas. Também, foram apontados como estímulo à realização da formação: o uso do tempo de trabalho para a formação (37,7%), os cursos serem reconhecidos para progressão na carreira (37,7%) e o fornecimento de diplomas e certificados (28,9%). No entanto, estas três últimas alternativas não alcançaram a metade da primeira indicação.

Os docentes da educação infantil, integrantes da pesquisa, apontaram, em uma escala de 1 a 10, os temas mais importantes que deveriam constituir uma proposta de aperfeiçoamento profissional por eles elaborada. Considerando-se o somatório das notas 8, 9 e 10 nesta escala, os temas apontados como mais importantes foram: conteúdos de aprendizagem (84,4%), avaliação na/da educação infantil (83,7%), estratégias, métodos e didáticas de ensino (82,2%), Psicologia e cultura das crianças (80,4%), educação para as relações étnico-raciais (70,9%), relações humanas na escola (70,7%), financiamento da educação (69,4%), temas de cultura e artes (68,8%), novas tecnologias da informação (65,25%), direção e gestão educacional (62,2%), Filosofia e ética da educação (61,4%), política e legislação educacional (55,2%) e contexto político, econômico e social da educação na contemporaneidade (47,9%).

Mais uma vez, os temas mais indicados pelos docentes referem-se às questões do contexto da sala de aula: conteúdos a serem ensinados, avaliação na educação infantil, métodos e técnicas de ensino e psicologia da criança. Os temas com menor indicação consistem nos relativos a uma formação mais ampla e contextualizada do docente, que parecem, para os respondentes, ser menos importantes para o exercício do magistério, como o contexto político, econômico e social da educação na contemporaneidade, temáticas referentes à Filosofia e ética da educação e à política e à legislação educacional. Os dados revelam uma preocupação, dos docentes, mais localizada na sala de aula e nas demandas mais imediatas do seu trabalho. A secundarização de conhecimentos referentes à Filosofia, à sociedade brasileira e às políticas educacionais precisa ser analisada considerando-se outras dimensões presentes no questionário aplicado, tais como, acesso aos bens e recursos culturais e às opções religiosas, entre outros.

### **Considerações finais**

O estudo aponta indicadores importantes para a compreensão de como vem ocorrendo a formação dos docentes da educação infantil das redes públicas municipais situadas no Sul da Bahia. Em relação à formação inicial, ela vem ocorrendo, em sua maioria, em instituições privadas, não universitárias e na modalidade à distância. Em relação à formação continuada, sua realização parece ocorrer mais na própria escola, em grupos de estudos, cursos e oficinas. A liberação de professores para a participação de momentos de qualificação continuada fora da escola parece ocorrer em poucos momentos. O apoio das secretarias municipais de educação para viabilizar esta participação é bem reduzido, conforme consta nos questionários. Foi identificado, nos questionários, uma concepção de formação que enfatiza os

conteúdos e metodologias a serem utilizados nas salas de aula.

As dimensões apontadas, considerando que esta é uma pesquisa em andamento, vêm sendo analisadas tendo como referência a produção da área da formação de professores e das políticas educacionais. Tais análises visam contribuir para uma melhor compreensão dos desafios que se apresentam à formação docente no país, considerando, por um lado, os limites das políticas e propostas de formação em curso, e, por um lado, os desafios para a efetivação das políticas de valorização dos profissionais de magistério, incluindo as medidas de formação docente, inicial e continuada.

#### **Referências**

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Lei nº. 9.394*, de 21 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 24 fev. 2018.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. PNE e formação de professores: contradições e desafios. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 8, n. 15, p. 427-446, jul./dez. 2014.

SILVA, Andréia Ferreira da. O direito à educação infantil no Brasil e a ampliação da escolarização obrigatória (Emenda Constitucional nº. 59/2009). 2011. In: Rita Cristina Barbosa; Maria Aparecida Valentim Afonso (Org.). *Educação infantil: das práticas pedagógicas às políticas educacionais*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. p. 93-107.